



Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvíno Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 114.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados José Arthur Ritti e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Toti Colaço e Rossoni (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Durval Amaral, Emilia Belinati, Heinz Herwig, João Preis, Júlio Bifon, Nelson Justus, Ovídio Constantino e Severino Félix (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		ANEXO		FL. 01		R\$ 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN. PO	IFROCC	ICOF
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I				
	IDESENVOLVIMENTO URBANO -	I	I I I				
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I				
	I	I	I I I				
4286	IINSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS	I	I I I				
	IMUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA -	I	I I I				
	IFAMEPAR	I	I I I				
2530	IASSISTENCIA TECNICA EM	I	I I I				
	IDESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	I 4130.00I71ILI		300.000	I37361		

seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 160/94

Curitiba, 07.12.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), ao vigente orçamento próprio do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender a convênios mantidos com municípios paranaenses.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação da FAMEPAR, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I
I DA DESPESA ANEXO				RS 1,00		I
-----*						
-----		*-----*		*-----*		*-----*
I	I	INATUREZA		ILI		IN. DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP I
-----*						
1	4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I
		IDESENVOLVIMENTO URBANO	I	I I I		I
		IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
		I	I	I I I		I
	4206	IINSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS	I	I I I		I
		IMUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA	I	I I I		I
		IFAMEPAR	I	I I I		I
	1127	IEMPRESTIMOS AOS MUNICIPIOS	I	I I I		I
		IPEDU/FDU	I	4013.00174ILI	300.000	I37367
-----*						
T O T A L I					300.000	I

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO Nº 4271		FL. 01 R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILIMITADO IRI	VALOR	IN DO PROCCICOP
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO				
	1- ENTIDADES VINCULADAS				
3470	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR				
3768	APOIO LOGISTICO AS ESCOLAS ESTADUAIS E AO ESTUDANTE	4130.00181	ILI	7.036.910	12553
TOTAL				7.036.910	1

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO AO DECRETO Nº 4271		FL. 02	
DA RECEITA				R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	TT	VALOR	IPROCC	
	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO -				
	IDENTIDADES VINCULADAS				
	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO				
	EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR				
1768.01.001	CONVENIOS COM ORGaos FEDERAIS	81	7.036.910	12553	
TOTAL			7.036.910		

DECRETO Nº 4272

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 9º, inciso III da Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 711.560,00 (setecentos e onze mil e quinhentos e sessenta reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura ao crédito de que trata o artigo anterior. Fica indicada igual importância, proveniente dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos do convênio nº 246/93, firmado com a Fundação de Assis-

tência ao Estudante - FAE e o Governo do Estado do Paraná, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II deste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 23 de novembro de 1994
173º da Independência e 106º da República

(aa) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado
CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS
Secretário de Estado do Planejamento
e Coordenação Geral

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO Nº. 4272		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL FT IRI	VALOR	IN. DO IPROCI ICOP
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
		I	I I I		I
3470	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I I I		I
	EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I I I		I
2769	APOIO LOGISTICO AS ESCOLAS	I	I I I		I
	ESTADUAIS E AO ESTUDANTE	I 4130.00	I 77 I I I	711.560	I 2576 I
TOTAL				711.560	I

I SUPLEMENTACAO		A N E X O		I I		FL. 02			
I DA RECEITA		ANEXO AO DECRETO NO.		4272		RS 1,00			
-----		*-----*		*-----*		*-----*			
I	CODIGO	ESPECIFICACAO		I	FT	I	VALOR	I	PROCI
-----		*-----*		*-----*		*-----*		*-----*	
I		ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO -		I		I		I	
I		IENTIDADES VINCULADAS		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I		IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO		I		I		I	
I		IEDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR		I		I		I	
I2590.10.77		IEXCESSO DE ARRECADACAO - CONVENIOS COMI		77		I		711.560	I2576
I		IORGaos FEDERAIS		I		I		I	
-----		*-----*		*-----*		*-----*		*-----*	
				T O T A L		I		711.560	I

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 162/94

Curitiba, 07.12.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar à BANESTADO S/A Reflorestadora, as diversas áreas de terras devolutas, situadas nos Municípios de Castro, Ponta Grossa e Campo Largo, todas constantes da relação anexa e que, somadas, totalizam 1.895,8000 hectares.

Por oportuno vale esclarecer que o assunto aqui tratado, a mim submetido pelo Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, foi devidamente examinado e instruído por órgãos técnicos do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob nº 1.792.697-7/94, anexado ao de nº 2.075.046/94, acrescentando, ainda, que os lotes em questão foram efetivamente vistoriados pela SEMA através do IAP que constatou estarem reflorestados com "pinus elliotis", através de recursos advindos

de incentivos fiscais e que, pelas características de solo e topografia, não se recomenda sua utilização para fins de assentamentos rurais.

Para melhor esclarecimentos quanto à situação dominial das áreas, objeto do presente plano de lei, segue a inclusa cópia da informação da Diretoria Técnica Científica do IAP, contendo os dados de cada uma delas.

Cabe, também, elucidar que os lotes situados na Glebas nº 02 - Ribeirão das Areias, Conceição, Caçador, Núcleo Caçador 2ª Parte, Caetê, Olaria e Rio de Dentro, ainda não tituladas e anotados em nome de várias pessoas, conforme consta dos mencionados dados cadastrais, são efetivamente ocupados pela BANESTADO S/A Reflorestadora, tendo sido adquiridos dos antigos detentores das referidas áreas, por compra de direito possessório, exercendo sobre os mesmos posse mansa e pacífica, por longos anos, conforme informações do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, integrantes dos protocolados anteriormente mencionados, valendo esclarecer, ainda, que os imóveis pertinentes ao Núcleo Mato Queimado, Município de Ponta Grossa, constituídos dos

lotes nº 1, 3, 4 e 5, somando 69,1585 ha, e que constam dos dados cadastrais anexos, deixaram de ser incluídos no rol de imóveis a serem regularizados, face a solicitação do Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, através do Ofício nº 468/94, pelo fato de que sobre os mesmos existe pendência judicial ficando sua regularização para oportunidade futura quando dita situação já estiver definitivamente somada.

Nestas condições a medida ora proposta consulta aos superiores interesses da ad-

ministração uma vez que observados os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização das referidas áreas à sua legítima ocupante.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

Lote nº 4 - 5
Lote nº 5 - 5
Lote nº 6 - 5
Lote nº 7 - 5

1 - MUNICÍPIO DE FÁTIMA.

1.1. GLEBA Nº 01 RIBEIRÃO DAS AREIAS.

Lote nº 39 - área : 11,21 ha
Lote nº 52 - área : 8,81 ha
Lote nº 53 - área : 9,50 ha
Lote nº 55 - área : 8,47 ha
Lote nº 61 - área : 11,10 ha
Lote nº 65 - área : 12,30 ha
Lote nº 92 - área : 8,00 ha
Lote nº 73 - área : 11,00 ha
Lote nº 110/G - área : 11,90 ha
Lote nº 110/I - área : 13,40 ha

2.2. GLEBA Nº 02 RIBEIRÃO DAS AREIAS.

Lote nº 28/A - área : 3,80 ha
Lote nºs 8 a 10 e 24 a 28 - área : 53,20 ha
Lote nº 41 - área : 2,00 ha
Lote nº 58 - área : 3,80 ha

3 - MUNICIPIO DE PONTA GROSSA.

3.1. GLEBA Nº 13 ROÇA VELHA.

Lote nº 32/E	- área :	18,00 ha
Lote nº 115	- área :	18,00 ha
Lote nº 116	- área :	18,00 ha
Lote nº 117	- área :	18,00 ha
Lote nº 118	- área :	18,00 ha
Lote nº 121	- área :	12,00 ha
Lote nº 122	- área :	4,00 ha
Lote nº 123	- área :	54,90 ha
Lote nº 124	- área :	18,00 ha
Lote nº 125	- área :	36,30 ha
Lote nº 126	- área :	40,30 ha
Lote nº 127	- área :	23,20 ha
Lote nº 128	- área :	11,50 ha
Lote nº 129	- área :	11,70 ha
Lote nº 130	- área :	11,70 ha
Lote nº 131	- área :	13,20 ha
Lote nº 132	- área :	11,30 ha
Lote nº 133	- área :	17,20 ha
Lote nº 134	- área :	15,20 ha
Lote nº 135	- área :	15,40 ha
Lote nº 136	- área :	11,30 ha

Lote nº 137	- área :	11,30 ha
Lote nº 138	- área :	11,30 ha
Lote nº 139	- área :	12,85 ha
Lote nº 140	- área :	12,85 ha
Lote nº 141	- área :	14,10 ha
Lote nº 142	- área :	13,60 ha
Lote nº 143	- área :	14,00 ha

3.2. GLEBA CAÇADOR.

Lote nº 16	- área :	37,10 ha
Lote nº 19	- área :	36,40 ha
Lote nº 46	- área :	2,80 ha
Lote nº 50	- área :	22,60 ha
Lote nº 53	- área :	19,90 ha

3.4. NÚCLEO CAÇADOR 2ª PARTE.

Lote nº 56	- área :	23,30 ha
Lote nº 30	- área :	24,40 ha
Lote nº 31	- área :	22,90 ha
Lote nº 60	- área :	23,60 ha
Lote nº 57	- área :	22,70 ha
Lote nº 75	- área :	23,60 ha
Lote nº 61	- área :	23,60 ha
Lote nº 73	- área :	24,80 ha
Lote nº 74	- área :	25,00 ha
Lote nº 76	- área :	22,70 ha

3.5. GLEBA CAETÊ.

Lote nº 59	- área :	3,11 ha
Lote nº 65	- área :	12,25 ha
Lote nº 71	- área :	3,52 ha
Lote nº 74	- área :	2,91 ha
Lote nº 75	- área :	6,44 ha
Lote nº 37	- área :	12,55 ha
Lote nº 38	- área :	24,39 ha
Lote nº 39	- área :	23,79 ha
Lote nº 40	- área :	23,09 ha
Lote nº 41	- área :	23,19 ha

3.6. COLÔNIA RIBEIRÃO - GLEBA Nº 01.

Lote nº 91	- área :	17,20 ha
Lote nº 95	- área :	31,90 ha
Lote nº 96	- área :	35,40 ha
Lote nº 97	- área :	37,40 ha
Lote nº 98	- área :	14,00 ha

3.7. GLEBA CLARIM.

Lote nº 12	- área :	17,15 ha
Lote nº 45	- área :	17,15 ha
Lote nº 46	- área :	17,15 ha
Lote nº 47	- área :	17,01 ha
Lote nº 48	- área :	18,15 ha
Lote nº 49	- área :	18,00 ha
Lote nº 50	- área :	21,82 ha
Lote nº 51	- área :	21,20 ha
Lote nº 52	- área :	20,37 ha
Lote nº 53	- área :	16,15 ha
Lote nº 54	- área :	17,47 ha

3.8. GLEBA RIO DE DENTRO.

Lote nº 07	- área :	9,10 ha
Lote nº 08	- área :	22,50 ha

AREA TOTAL:= 1.895.8000 hectares.

Senhor Presidente.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados da própria Entidade.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados no Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I I		FL. 02	
I DA RECEITA		AREXO		RS 1,00	
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	1PROCI
I	I	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I I		I I
I	I	IDESENVOLVIMENTO URBANO - ENTIDADES	I I		I I
I	I	IVINCULADAS	I I		I I
I	I	I	I I		I I
I	I	IINSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS	I I		I I
I	I	IMUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA -	I I		I I
I	I	IFAMEPAR	I I		I I
I	I	I1990.10.71IEXCESSO DE ARRECADACAO - DIRETAMENTE	I 71 I	315.000	I3735I
I	I	IARRECADADOS	I I		I I
T O T A L			I	315.000	I

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n° 1549/94-GS., do Sr. Rolf Koerner Júnior - Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Renato Adur, que pede esclarecimentos sobre "Critérios de avaliação para promoção de delegados de polícia". Ao Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.

OFÍCIO N° 844/94-K

Curitiba, 09.12.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a essa Augusta Assembléia Legislativa para encaminhar à douta apreciação o incluso Anteprojeto de Lei, que em substituição ao encaminhamento com o Ofício n° 822/94, protocolado sob n° 12.024, fixa o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador, a partir de 1° de dezembro de 1994, encarecendo a Vossa Excelência a adoção das providências necessárias para a sua tramitação e aprovação.

Certo de contar com o seu valioso e indispensável apoio, reitero-lhe os meus protestos de elevada consideração e apreço.

Respeitosamente,

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é fixado, a partir de 1° de dezembro de 1994, em R\$ 1.606,66 (hum mil, seiscentos e seis reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data prevista no artigo primeiro.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

OFÍCIO N° 845/94-GP

Curitiba, 12.12.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a essa Augusta Assembléia Legislativa para encaminhar à douta apreciação o incluso Anteprojeto de Lei que, em substituição ao enca-

minhado através do Ofício n° 827/94, dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regidos pela C.L.T., a partir de 1° de dezembro de 1994, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II.

Esclareço, outrossim, que os índices de reajustes ora propostos decorrem da própria política salarial adotada pelo Governo do Estado, consubstanciada na Mensagem n° 159/94, de 05 de dezembro de 1994, outorgando índices diferenciados de correção salarial aos seus servidores através de ajustes nas tabelas de vencimentos, e de decisão de mérito proferida no Mandado de Segurança n° 21.906-8/PR, impetrado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná - SINDIJUS.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Reajusta, conforme especifica, a partir de 1° de dezembro de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

Art. 1° - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificada dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, ficam reajustados a partir de 1° de dezembro de 1994, na forma das tabelas que constituem os Anexos I e II da presente lei.

§ 1° - Ficam também reajustados no mesmo percentual das tabelas que constituem o Anexo I da presente lei, os valores das Gratificações de Produtividade.

§ 2° - Ficam também reajustados no mesmo percentual das tabelas que constituem o Anexo II da presente lei, as Gratificações de Representação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, bem como os valores das gratificações previstas pelo Decreto Governamental n° 4.905, de 12 de março de 1982 e Decreto Judiciário n° 229, de 15 de abril de 1994.

Art. 2° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,03 (hum real e três centavos) a partir

de 1º de dezembro de 1994.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA I CARGOS EFETIVOS

NÍVEL	R\$
01	255,73
02	232,48
03	211,33
04	203,21
05	184,74
06	172,65
07	167,36
08	117,01
09	107,15
10	97,28
11	87,42
12	77,56

TABELA II ASSESSORES JURÍDICOS CARGOS EFETIVOS

CLASSE	R\$
I	337,24
II	317,25
III	296,76

TABELA III SERVENTIA DA JUSTIÇA (Lei nº 10.237/92)

NÍVEL	R\$
01	351,02
02	329,96
03	308,90
04	287,84
05	266,79
06	257,85
07	239,94
08	174,51
09	158,14
10	141,78
11	108,00
12	101,52
13	95,05

TABELA IV TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NÍVEL	R\$
01	346,75
02	315,22
03	286,54
04	260,49
05	236,80
06	197,35
07	164,46
08	140,23
09	121,94
10	106,03
11	100,99
12	96,17

TABELA V TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO TRIBUNAL DE ALÇADA

NÍVEL	R\$
01	260,24
02	247,84
03	236,05
04	224,80
05	214,11
06	205,82
07	193,11
08	179,97
09	175,51
10	159,55
11	145,06

ANEXO II

TABELA I CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	R\$
DAS-1	405,21
DAS-2	357,64
DAS-3	333,31
DAS-4	285,01
DAS-5	260,67

TABELA II CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	R\$
1-C	168,22
2-C	155,36
3-C	143,41
4-C	132,47

SÍMBOLO	R\$
5-C	124,52
6-C	117,04

TABELA III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	R\$
1-F	10,21
2-F	8,68
3-F	7,65
4-F	6,13
5-F	5,61

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Procurador-Geral

OFÍCIO Nº 1153

Curitiba, 08.12.94.

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Assembléia Legislativa o incluso Anteprojeto de Lei, que em substituição ao encaminhado com o Ofício nº 1111, aí protocolado sob nº 12.038, reajusta os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1º de dezembro de 1994.

Na expectativa de que a presente proposição merecerá dessa augusta Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO
Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Fixa, conforme especifica, a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná é fixado, a partir de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.606,65 (hum mil, seiscentos e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos finan-

ceiros a partir da data prevista no artigo primeiro.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Of. nº 2251/94

Curitiba, em 09 de dezembro de 1994.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei que reajusta os vencimentos básicos mensais dos cargos de Conselheiro, Procurador Geral, Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, em dezembro de 1994, em substituição ao enviado através do Ofício nº 2.125/94, desta Corte.

Reitero a Vossa Excelência protestos de alta estima e elevada consideração.

Cordialmente.

(a) NESTOR BAPTISTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.606,66 (hum mil, seiscentos e seis reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.606,66 (hum mil, seiscentos e seis reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de dezembro de

1994, em R\$ 1.526,34 (hum mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.526,34 (hum mil, quinhentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Of. nº 2.255/94

Curitiba, em 09 de dezembro de 1994.
Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência o anteprojeto de lei, que reajusta a tabela de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em dezembro de 1994, em substituição aos enviados através dos Ofícios nºs 2.072/94 e 2.191/94, desta Corte.

Reitero a Vossa Excelência protestos de alta estima e elevada consideração.

Cordialmente,

(a) NESTOR BAPTISTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados na forma do Anexo Único desta lei.

Art. 2º - Ficam, também, reajustados os valores da Gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3º - Ficam, ainda, reajustados o valor da Gratificação de que trata o Decreto nº 2.966, de 24 de julho de 1980, para R\$ 22,94 (vinte e dois reais e noventa e quatro centavos), o valor da Gratificação de Produtividade para R\$ 7,54 (sete reais e cinquenta e quatro centavos) e o valor do Salário-Família, por dependente legal, para R\$ 1,04 (um real e quatro centavos).

Art. 4º - Os cargos criados pelo artigo 9º da Lei nº 8.746, de 25 de março de 1988, serão preenchidos somente por funcionários concursados, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, por ato de seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de dezembro de 1994.

MÊS: DEZEMBRO/94

TABELA II CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1.....	412,32
SÍMBOLO DAS-2.....	363,90
SÍMBOLO DAS-3.....	339,16
SÍMBOLO DAS-4.....	290,01
SÍMBOLO DAS-5.....	265,25

TABELA III CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C.....	171,17
SÍMBOLO 2-C.....	158,08
SÍMBOLO 3-C.....	145,93

TABELA IV
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F.....	10,39
SÍMBOLO 2-F.....	8,83
SÍMBOLO 3-F.....	7,78
SÍMBOLO 4-F.....	6,24
SÍMBOLO 5-F.....	5,71
SÍMBOLO 6-F.....	4,64
SÍMBOLO 7-F.....	3,62

TABELA I
CARGOS EFETIVOS

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	767,80	775,82	783,63	791,55
2	555,41	561,14	566,86	572,59
3	532,51	538,23	543,96	549,69
4	509,61	515,33	521,06	526,78
5	486,70	492,43	498,15	503,88
6	463,80	469,52	475,25	480,98
7	440,89	446,62	452,35	458,07
8	417,99	423,72	429,44	435,17
9	395,09	400,81	406,54	412,26
10	372,18	377,91	383,64	389,36
11	349,28	355,01	360,73	366,46

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação das proposições em Redação Final constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no disposto pelo Art. 177 do Regimento Interno, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n° 419/94, Mensagem n° 157/94, item 14, constante na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, com base no artigo 107, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a realização de Sessões Extraordinárias, com quebra de Interstício e a transformação do Plenário em Comissão Geral, para apreciação de Projetos de iniciativa parlamentar, mensagens governamentais, que vão relacionados abaixo e emendas que porventura sejam apresentadas durante o período de destaque nos dias 13, 14 e 15, do período ordinário, e inclusive para o período de Sessões Extraordinárias, se forem convocadas.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) JOSÉ TAVARES

Apoiamento: Renato Adur.

REQUERIMENTO N° 2744

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM a transformação desta Assembleia Legislativa em Comissão Geral para apreciação do Projeto de Lei supra citado, caso surjam emendas ao mesmo: para os dias 14 e 15 do corrente mês.

Requerem ainda que haja convocação de Sessão Extraordinária para apreciação do Projeto de Lei n° 390/94, bem como a dispensa de interstício para a votação do mesmo, conforme disposto nos artigos 84, inciso II e 132, § 2°, inciso I do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) ROSSONI

ÉLIO RUSCH

CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nei-vo Beraldin, Paulo Maia, Costenaro Neto, Lourenço Fregone-se, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Algaci Túlio, Ademar Traiano, Antônio Annibelli,

Basílio Zanusso, Edson Silva Lino, Dirceu Manfrinato, Plauto Miró Guimarães, Mário Bezerra, Ernani Pudell, Alceu Swarowski, Oswaldo Trevisan e uma assinatura ilegível.

REQUERIMENTO Nº 2718

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por 10 Sessões, do Projeto de Lei nº 371/94.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2716

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM à Mesa, com fulcro no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, bem como no art. 74, parágrafo único e art. 75, II, da Constituição Estadual, a convocação dos Srs. Norton Macedo, atual Presidente do BANESTADO, Sérgio Druscz, ex-vice-Presidente de Operações do BANESTADO, bem como o Sr. Heitor Wallace de Mello e Silva, ex-Presidente do Banco Del Paraná, para prestarem informações, na Assembléia Legislativa, dia 14, em sessão pública, a respeito das denúncias de irregularidades junto ao Banco Del Paraná.

Impende observar que o período se atém à função institucional deste Parlamento, como controle externo, conforme preconizam as Cartas Magnas da República e do Paraná, em dispositivos supra mencionados.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 2719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, o voto de pesar

pelo falecimento do ilustre Desembargador Jorge Andriguetto, ocorrido na última semana.

Pertencente a tradicional família paranaense, o Desembargador Andriguetto cumpriu uma brilhante e conceituada carreira na magistratura, galgando todos os degraus da destacada função social a que se devotou, chegando a vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Foi ainda, professor renomado de nossa juventude voltada ao estudo do Direito, tendo lecionado a cátedra de Direito Comercial com sabedoria e acuidade.

Na sua elevada posição de membro da Corte Superior da Justiça do Paraná, o Desembargador Andriguetto se destacou na defesa dos princípios de equidade, do patriotismo, do paranismo, da defesa da família e das tradições que ornaram o nosso povo.

Por isso seu passamento cobre de luto a sociedade de nossa terra, além de representar uma perda irreparável para quantos privaram da cultura, da dignidade e do espírito de justiça do saudoso Doutor Jorge Andriguetto.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Teixeira Mendes, 292, N/Capital; bem como ao Tribunal de Justiça, na pessoa do seu Presidente, Desembargador Ronald Accioly.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do eminente Desembargador Lauro Lima Lopes.

Juiz rigoroso mas justo, Lauro Lima Lopes se projetou na carreira jurídica, inicialmente como Promotor de Justiça e depois, como magistrado, ascendendo paulatinamente até chegar à elevada condição de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde foi Corregedor-Geral e vice-Presidente, além de ter presidido o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Seu passamento inesperado deixa enlutados os círculos judiciários e forenses, além da vasta relação de amigos e admiradores que lamentam a perda irreparável do saudoso Desembargador Lauro Lima Lopes.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Av. Presidente Washington Luiz, 231, N/Capital; bem como ao Tribunal de Justiça, na pessoa do seu Presidente Desembargador Ronald Accioly.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Jovino Cavalheiro, ocorrido na cidade de Reserva.

Pessoa muito estimada e de muitas amizades, que com seu passamento deixou amigos e parentes enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, no Município de Reserva.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado a Exma. Sra. Presidente do PROVOPAR, Marlene Pereira, solicitando os convênios e doações entre a Entidade e a Prefeitura Municipal de Jacarezinho, no período de 1º de janeiro de 1994 até a presente data.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO Nº 2723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, José Carlos Tibúrcio, solicitando os convênios firmados entre esta Secretaria e a Prefeitura Municipal de Jacarezinho, no período de 1º de janeiro de 1994 até a presente data.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO Nº 2724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Exmo. Sr., Secretário da Educação, João Olivir Gabardo, solicitando os convênios firmados entre esta Secretaria e a Prefeitura Municipal de Jacarezinho, no período de 1º de janeiro de 1994 até a presente data.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO Nº 2726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Exmo. Sr., Secretário dos Transportes, Roberto Lobo Blasi, solicitando os convênios firmados entre esta Secretaria e a Prefeitura Municipal de Jacarezinho, no período de 1º de janeiro de 1994 até a presente data.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO Nº 2727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Superintendente da FUNDEPAR, Elerian Zanetti, solicitando os convênios firmados entre esta Secretaria e a Prefeitura Municipal de Jacarezinho, no período de 1º de janeiro de 1994 até a presente data.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO Nº 2729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, Jackson Miguel Baduy, solicitando os convênios firmados entre esta Secretaria e a Prefeitura Municipal de Jacarezinho, no período de 1º de janeiro de 1994 até a presente data.

Sala das Sessões, em 12.12.94

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO Nº 2728

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da moradora à Rua Pedrina Acordes Costa nº 152 - Ganchinho, a qual solicita que a rede de água seja estendida até esse endereço, tendo em vista que ela não dispõe de água encanada e que todos os moradores têm que utilizar água de poço. Solicita que seu pedido seja atendido, uma vez que essa solicitação algum tempo atrás já foi feita através do Requerimento LCM/AL/6887/94 e até a presente data não foi atendido.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja con-

vidado o Excelentíssimo Senhor Doutor João Feder, Digníssimo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, para prestar nesta Assembléia Legislativa, informações acerca da situação dos recursos provenientes do Fundo de Previdência do Estado, após sua extinção.

Esclarece este Deputado que o convite-convocação é feito na pessoa do culto Doutor João Feder, Conselheiro Superintendente da 2.^a Inspetoria de Controle Externo do Tribunal de Contas, a quem estão afetos os negócios da Secretaria de Estado da Fazenda, órgão competente para o manuseio dessas verbas e tendo em vista que até a presente data esta Casa de Leis nenhuma notícia tem sobre o assunto.

Requer, finalmente que esta Presidência consulte o ilustre Conselheiro qual o dia e a hora que mais lhe convém atender o presente.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 2731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Reinaldo José Rodrigues dos Santos, digno Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando:

- Quanta verba, em valores monetários, foi liberada para cada município da Região Metropolitana pelo Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, de 1991 a 1994.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - O artigo 1º da Resolução nº 43 de 05 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população se pronuncie sobre a criação do Município de Carambei.

Iniciando na foz do Rio Cotia, junto a margem direita do Rio Tibagi, na latitude de 24°46'40"S e 50°18'12"W (Grw), segue o citado Rio Cotia acima até a foz do Arroio Maria Leme, na confrontação com o Município de Tibagi. Daí, segue o Arroio Maria Leme acima até sua nascente, e segue ao longo de uma linha seca de divisa até o peral da Serra São Joaquim, e segue ao longo desta até o divisor d'água, junto à estrada municipal, daí, segue esta estrada sentido Tronco, até alcançar o Rio São

João, segue o Rio São João abaixo até a barra de um arroio após a Fazenda Engenho, daí segue este arroio acima até a sua cabeceira, daí segue em linha reta, cruzando a rodovia e a ferrovia, alcançando a cabeceira do Arroio da Campina, daí segue este arroio abaixo até sua barra, junto ao Rio Jutuba, daí segue o Rio Jutuba abaixo, até a foz do Arroio Bonsucesso, e subindo por este até a cabeceira de um afluente da margem direita, e segue por linha seca até a cabeceira de um afluente da margem direita do Rio Pitangui, e segue por este afluente abaixo até o Rio Pitangui, e segue o Rio Pitangui abaixo, até a Represa dos Alagados, sempre na confrontação com o Município de Castro. Daí, segue pela Represa dos Alagados e Rio Pitangui abaixo até alcançar a foz do Rio Congonhas, e segue este acima até a cabeceira de uma sangia na sua margem esquerda, daí segue em linha reta até a cabeceira do Arroio Barbado e segue este abaixo até a sua foz junto ao Rio Tibagi, sempre na confrontação com o Município de Ponta Grossa. Daí segue o Rio Tibagi abaixo na confrontação com o Município de Tibagi, fechando assim o perímetro.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Resolução nº 43/94 sofreu algumas alterações em função do dispositivo técnico do Memorial Descritivo apresentar algumas incorreções.

MEMORIAL DESCRITIVO

Do Distrito de Carambei, que abrange parte do Município de Castro e Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Descrição:

Iniciando na foz do Rio Cotia, junto a margem direita do Rio Tibagi, na latitude de 24°46'40"S e 50°18'12"W (Grw), segue o citado Rio Cotia acima até a foz do Arroio Maria Leme, na confrontação com o Município de Tibagi. Daí, segue o Arroio Maria Leme acima até sua nascente, e segue ao longo de uma linha seca de divisa até o peral da Serra São Joaquim, e segue ao longo desta até o divisor d'água, junto à estrada municipal, daí, segue esta estrada sentido Tronco, até alcançar o Rio São João, segue o Rio São João abaixo até a barra de um arroio após a Fazenda Engenho, daí segue este arroio acima até a sua cabeceira, daí segue em linha reta, cruzando a rodovia e a ferrovia, alcançando a cabeceira do Arroio da Campina, daí segue este arroio abaixo até sua barra, junto ao Rio Jutuba, daí segue o Rio Jutuba abaixo, até

a foz do Rio Jutuba, daí segue o Rio Jutuba abaixo, até a foz do Arroio Bonsucesso, e subindo por este até a cabeceira de um afluente da margem direita, e segue por linha seca até a cabeceira de um afluente da margem direita do Rio Pitanguí, e segue por este afluente abaixo até o Rio Pitanguí, e segue o Rio Pitanguí abaixo, até a Represa dos Alagados, sempre na confrontação com o Município de Castro. Daí, segue pela Represa dos Alagados e Rio Pitanguí abaixo até alcançar a foz do Rio Congonhas, e segue este acima até a cabeceira de uma sanga na sua margem esquerda, daí segue em linha reta até a cabeceira do Arroio Barbado e segue este abaixo até a sua foz junto ao Rio Tibagi, sempre na confrontação com o Município de Ponta Grossa. Daí segue o Rio Tibagi abaixo na confrontação com o Município de Tibagi, fechando assim o perímetro.

Carambei, 31 de março de 1990.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 428/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Arapongas", com sede na Cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Arapongas é uma sociedade filantrópica voltada para assistir a infância desvalida.

Seus sócios e demais pessoas do meio social estão permanentemente reunidos em Oficinas para confeccionar enxovais para recém-nascidos e outras crianças de tenra idade.

Tais enxovais são distribuídos às gestantes carentes, em visita domiciliar onde são prestadas inclusive informações sobre puericultura.

Mensalmente visitam-se entre 25 a 40 famílias.

Preenchendo a Associação aquelas condições para o reconhecimento público de sua utilidade, justo é que se lhe dê legalmente essa condição.

PROJETO DE LEI Nº 429/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA - AMERIOS - 12ª Regional de Saúde de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) NILTON BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passaremos ao Horário das Lideranças:

PTB, PDT, PSDB, PFL, PP, PT, PL, PMDB.
Liderança do Governo.

(Todos declinam).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 844/94, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que em substituição ao encaminhado com o Ofício nº 822/94, protocolado sob nº 12.024, fixa o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador, a partir de 01 de dezembro do corrente. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 845/94, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que, em substituição ao encaminhado através do Ofício nº 827/94, dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regidos pela C.L.T., a partir de 01 de dezembro de 1994, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 1153, subscrito pelo Senhor Procurador de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que em substituição ao encaminhado com o Ofício nº 1.111, protocolado sob nº 12.038, reajusta os vencimentos básicos do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 01 de dezembro de 1994. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 2251, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta os vencimentos básicos mensais dos cargos de Conselheiro, Procurador Geral, Procuradores

do Estado junto a este Tribunal e dos Auditores, em dezembro de 1994, em substituição ao enviado através do Ofício nº 2.125/94. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 2.255/94, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta a tabela de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal, em dezembro de 1994, em substituição aos enviados através dos Ofícios nºs 2.072/94 e 2.191/94. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem nº 163/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), ao vigente orçamento do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender a convênio mantidos com municípios paranaenses. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 102/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que reconhece a Associação dos Municípios do Paraná, como entidade representativa da Administração Pública Municipal, para efeitos de integrar órgãos colegiados estaduais e firmar convênios. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.

Apenas para informar a Casa que a Liderança do Governo votará pela manutenção do Veto com o Governo, mas libera a sua Bancada por tratar-se de uma matéria não de complexidade elevada, e também uma matéria que é de autoria de um companheiro

do bloco de apoio do Governo, Deputado Toti Colaço e conseqüentemente é uma matéria profundamente estudada por S. Exa. Como a Liderança não teve oportunidade de tratar especificamente dessa questão com Senhor Governador Mário Pereira, a Liderança vota pela manutenção do Veto, mas libera a Bancada.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Agradecendo o Líder do Governo José Tavares que mais uma vez, coerentemente, deu mostras a esta Casa de que realmente na liberação da sua bancada faz com que uma nova filosofia da Liderança do Governo seja implantada, queremos pedir aos companheiros nossos, de sustentação da Oposição nesta Casa e àquelas que mantêm, como o próprio ex-Chefe da Casa Civil, Caio Quintana, e conhecem os problemas dos municípios paranaenses sabem perfeitamente bem que quem representa a todos nós os municípios, nós que já passamos como prefeito de uma cidade, como o próprio Toti Colaço passou por Irati e diversos outros companheiros. Todos sabemos o que representa a Associação dos Municípios do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, tenho a certeza de que este Veto será derrubado e o municipalismo, principalmente a representatividade desta Casa, será unânime em reconhecer esse projeto, não do Toti Colaço, mas o projeto do Bloco Municipalista e de todos os municípios do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Senhor 1º Secretário desta Sessão, José Arthur Ritti, para proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

A Presidência lembra mais uma vez que, votando "NÃO", derruba o veto; votando "SIM", mantém o veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Arthur Ritti) - Proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

Quarenta e cinco Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência designa os Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Toti Colaço e Ernani Pudell para contagem dos votos, conferência.

Quarenta e cinco Senhores Deputados votaram.

Pela manutenção do Veto, SIM, dez votos; em branco oito votos e pela rejeição ao Veto vinte e sete votos. Está mantido o Veto e rejeitado, conseqüentemente, o projeto.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 327/91, que transformam a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC em autarquia, dotada nos termos do artigo 7º, inciso I da Lei nº 8485 de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autônomo de gestão administrativa, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 94/91, de 12.08.91)

Requerimento de autoria do Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 419/94. Aprovado.

Também, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação aos Projetos de Lei nºs 327/91, 468/93 e do de Resolução nº 001/94. Aprovado.

Atendendo as preferências de votação:

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 157/94, que autoriza o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do Banco do Paraná S/A - BANESTADO. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

(Tumulto nas galerias)

Esta Presidência solicita mais uma vez às pessoas que nos visitam e que se encontram nas galerias que se mantenham em silêncio dentro daquilo que estabelece o nosso Regimento e que já foi alertado aos nobres visitantes.

Por ser a casa nossa é que deveremos nela manter o respeito e a ordem.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 001/94, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de Cruzmaltina, desmembrado do Município de Faxinal - PR. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/94

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para a criação do Município de Cruzmaltina, desmembrado do Município de Faxinal:

MEMORIAL DESCRITIVO

1 - Com o Município de Faxinal - Inicia no

Rio Três Barras, no encontro de uma linha seca e reta que parte da cabeceira do Rio Lajeado em direção a foz do Rio Três Barras, sobe por este até a foz do Rio das Flores, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha reta alcança a cabeceira do seu contravertente afluente do Rio Azul, desce por este afluente até alcançar a divisa do lote 74, segue pela divisa dos lotes 74, 72 e 36 todos do Faxinal de São Sebastião até encontrar o Rio da Campina, desce por este até alcançar a foz do seu quarto afluente à margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, de onde por uma linha reta alcança seu contravertente afluente do Rio São Pedro, desce por este até sua foz do Rio São Pedro, desce por este até sua foz no Rio Alonzo ou do Peixe.

2 - Com o Município de Grandes Rios - Inicia na foz do Rio São Pedro no Rio Alonzo ou do Peixe, desce por este até sua foz no Rio Ivaí.

3 - Com o Município de Lidianópolis - Inicia na foz do Rio Alonzo ou do Peixe no Rio Ivaí, desce por este até a foz do Rio Lajeado.

4 - Com o Município de Borrazópolis - Inicia no Rio Ivaí, na foz do Rio Lajeado, sobe por este até a sua cabeceira, de onde por uma linha seca e reta em direção à foz do Rio Três Barras no Rio das Antas, segue até alcançar do Rio Três Barras."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 468/93, que cria a Lei Florestal do Estado do Paraná concorrente ao Código Florestal Brasileiro e a Legislação Federal. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 120/93, de 01.09.93)

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/94, de autoria do Deputado José Arthur Ritti, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio, através da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina-PR, objetivando a implantação de extensão dos Campus da UEPG no referido Município, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO, SUBSTITUTIVO GERAL, APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Como esse Projeto encontra-se em 3.^a Discussão, iremos apreciar neste turno de votação, apenas o Substitutivo Geral aprovado em 2.^a Discussão e uma Emenda a esse Substitutivo.

Está em discussão o Substitutivo e a Emenda. Está em votação o substitutivo já aprovado em 2.^a discussão.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação a emenda. Em Discussão a Emenda. **Aprovada.**

O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 053/94, de autoria do Deputado Paulo Maia, que autoriza a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, dos Servidores Públicos e seus dependentes, matriculados regularmente em Instituições de Ensino Superior mantidos pelo Governo do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA N° 01

DO PROJETO DE LEI N° 53/94

P A R E C E R:

A presente emenda do Deputado José Arthur Ritti ao Projeto de Lei n° 53/94, de autoria do Deputado Paulo Maia, que autoriza a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga dos Servidores Públicos e seus dependentes, matriculados regularmente em instituições de ensino superior mantidos pelo Governo do Estado do Paraná.

Ao analisar a emenda em tela, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nada que possa obstar a sua tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator.

Apoiamento: Rossoni, Nilton Barbosa, Toti Colaço, Élio Rusch, Ernani Pudell, Paulo Maia, Arlindo Troian, Alceu Swarowski e Dalton Machuca.

Em de Plenário com parecer favorável da C.C.J. Está em discussão o projeto e a emenda. Está em votação o projeto ressalvado a emenda.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao projeto permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação a emenda substitutiva ao artigo 1°. Os Senhores Deputados que forem favoráveis à emenda permaneçam como

estão. **Aprovado.**

O Projeto irá à 3.^a Discussão.

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 225/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que torna obrigatória a apresentação do Certificado de Garantia Estadual, fornecido pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná - AREMOPAR, nas licitações públicas realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido projeto, emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, devidamente apoiada, nos seguintes termos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 225/94

Artigo Único - O Artigo 1° do referido Projeto de Lei, passa a ter a seguinte redação.

"O Artigo 1° - Fica o Governo do Estado do Paraná, através dos Órgãos de Administração Direta e Indireta, na realização de licitações públicas, exigir obrigatoriamente nos casos específicos, à apresentação do Certificado de Garantia Estadual, fornecido pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná - AREMOPAR, mediante Parecer Técnico do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Edson Silva Lino, Domingos Carvalho, Alceu Swarowski.

O Projeto retorna à C.C.J., para que a Emenda possa ser apreciada.

ITEM 08

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 329/94, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que altera o art. 2° da Lei n° 9886, de 26 de dezembro de 1991, que trata do Imposto sobre a Propriedade de Veículos automotores- IPVA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 362/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 123/94, que transformam em 15 (quinze) cargos de médico, padrão Classe V-01, em 15 (quinze) cargos de médico Plantonista, padrão/classe P-01, no quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido projeto, emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N° 362/94

P A R E C E R:

Inclua-se, onde couber no Projeto de Lei n° 362/94, o seguinte artigo:

Art.... Ficam transformados, 21 (vinte e um) cargos de Assessor Símbolo DAS-5, da Casa Civil em:

05 (cinco) cargos de Assessor Especial do Governador - A-1;

05 (cinco) cargos de Assessor da Governadoria símbolo DAS-1 e;

01 (hum) cargo de Chefe de Gabinete do Governador A-1;

02 (dois) cargos de Assessor da Vice-Governadoria, símbolo DAS-5.

Parágrafo Único - Fica fixado o vencimento mensal, do cargo de Assessor A-1, em R\$ 1.496,89 (hum mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos).

Sala das Sessões, em 12.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Ademar Troiano, Basílio Zanuso, Paulo Maia, Costenaro Neto, Erondy Silvério, Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, objetiva transformar cargos em comissão DAS-5, em cargos de Assessorias, visando dotar a chefia do Poder Executivo e Vice-Governadoria de menor número e cargos para serem preenchidos em funções de estrita confiança.

Esta emenda não aumenta a despesa, pelo contrário, diminui em aproximadamente R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

21 cargos DAS-5:

21 X 824,17 = 17.307,57

Cargos Transformados:

06 X A-1 = 1.496,89 = 8.931,84

05 X DAS-1 = 1.272,35 = 6.361,75

02 X DAS-5 = 824,17 = 1.648,24

TOTAL..... 16.941,83

O projeto retorna à C.C.J., para o parecer a esta Emenda.

ITEM 10

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 371/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 143/94, que objetiva instituir, no Estado do Paraná, a fiscalização da Qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual e à exportação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei n° 371/94.

ITEM 11

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 395/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 147/94, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraquara, uma área de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 396/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 148/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Município de Pinhão o Imóvel sito à Travessa Pastor João Batista Rocha, s/n°, esquina com a Rua 7 de setembro, com área de 801,00 m², contendo uma edificação em alvenaria com 126,11 m², parte de área maior com 1.711,00 m² de propriedade do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 410/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 150/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Prudentópolis, o imóvel conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 420/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 158/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.747.599,00, ao orçamento da Secretaria do Meio Ambiente, aprovado pela Lei n° 10.699, de 29.12.93. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. WALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, antes do senhor começar a discutir os requerimentos, eu gostaria de saber se o Projeto de Lei n° 390/94 está incluído na Ordem do Dia de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Passuti) - Nós estamos organizando a Ordem do Dia de amanhã, o projeto chegou em nossas mãos neste momento e iremos incluí-lo na Ordem do Dia de amanhã.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2718 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2719 a 2721, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 2722 a 2724, 2726, 2727 e 2729, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2728, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2725, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2731, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 2716, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Dr. Rosinha, constante do expediente.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, este requerimento está sendo dado entrada na sessão de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exatamente.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Discutir) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Transfiro para sessão de amanhã.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Apenas para informar a Bancada do PT que a Liderança do Governo pede para discutir esse requerimento regimentalmente, para poder, até amanhã, fazer chegar às mãos dos ilustres Deputados uma cópia conclusiva da auditoria que o Governador Mário Pereira determinou que fosse feita no Banco Del Paraná. Na certeza de que assim que soube de possíveis irregularidades naquela empresa estatal paraguaia com vinculação jurídica com o BANESTADO, S. Exa. determinou de ofício a instauração de uma auditoria, e dela já deu, inclusive, conhecimento público por mais de uma vez. Mas dado a importância do assunto, dado o respeito que essa liderança tem para com os colegas Deputados com assento nesta Casa, e especialmente com a Bancada do PT, quero fazer chegar às mãos dos ilustres Deputados do Partido dos Trabalhadores a cópia do inteiro da auditoria conclusiva realizada no Banco Del Paraná.

É por esta razão que a liderança regimentalmente pediu para discutir o requerimento de autoria dos ilustres Deputados do PT na última Sessão, a Liderança do Governo encaminhou à Mesa, com base no Regimento, Artigo 107, § 2º, pedindo a transformação do Plenário, da Assembléia, em Comissão Geral nos dias 13, 14 e 15, porque no dia 15, na próxima quinta-feira, essa Casa estará realizando a sua última sessão dessa Legislatura, conseqüentemente só a partir de 1º de janeiro para a posse do Governador e do vice-Governador eleito é que essa Casa se reunirá em caráter extraordinário.

Então como restam apenas três dias de Sessões Ordinárias, esta Liderança preocupada com o número expressivo de matérias, não só de interesse do Governo, bem como de interesse de parlamentares individualmente falando, esta Liderança entendeu, com base no Regimento encaminhar esse Requerimento.

Como não tinha uma unanimidade na sua análise, postergamos essa análise para a Sessão de hoje.

E, nesta oportunidade, estou fazendo a substituição daquele requerimento por outro, onde relaciono os projetos com seus respectivos números e com suas emendas, para que os Senhores Deputados possam saber quais os Projetos que a liderança do Governo gostaria de ver discutidos e votados até quinta-feira próxima.

Quero, também informar à Casa que esses projetos que relacionei nesse requerimento, em substituição àqueles a que me referi, são projetos que elencamos na reunião de líderes.

Não introduzimos nenhum novo projeto, Senhor Presidente.

Portanto eu gostaria de dar esta informação à Casa e dizer que apenas se trata de uma substituição de requerimento e que continuo, pessoalmente, como Deputado e como Líder do Governo preocupado com o número excessivo de matérias que essa Casa tem para analisar e com o número reduzido de Sessões que constitucionalmente e regimentalmente nós temos até dia 15 de dezembro, próxima quinta-feira.

Gostaria, com essas informações, de contar com a compreensão da Casa, com o apoio dos colegas Deputados para votarmos, dentre outras matérias, por exemplo, a que trata do aumento para o funcionalismo público.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Procede a Questão de Ordem do Deputado José Tavares.

Nós temos na mesa o requerimento de Vossa Excelência, apresentado no dia 07 de dezembro, e agora complementado com a relação dos Projetos que serão votados em

Comissão Geral.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Solicito de Vossa Excelência a leitura do teor do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lê):

Requerimento nº 2743 de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a realização de Sessão Extraordinária com quebra de interstício e transformação do Plenário em Comissão Geral.

01 - Projeto de Lei nº 419/94, Mensagem nº 157/94, autoriza o Poder Executivo a subscrever aumento de capital do BANESTADO.

02 - Projeto de Lei nº 154/94, Mensagem nº 040, altera a redação do Parágrafo Único, Art. 5º da Lei nº 10.066/92. (SEMA-IAP).

03 - Projeto de Lei nº 313/94, Mensagem nº 101/94, equiparação da OCEPAR como Órgão Oficial de Pesquisa do Estado.

04 - Projeto de Lei nº 315/94, Mensagem nº 104/94, cria conselho permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná, Art. 227 da Constituição Estadual.

05 - Projeto de Lei nº 333/94, Mensagem nº 112/94, atribui ao CONCITEC competência para estabelecer Política de Fomento a Pesquisa, Ciência e Tecnologia.

06 - Projeto de Lei nº 334/94, Mensagem nº 113/94, autoriza o Poder Executivo a doar veículos do Instituto de Saúde do Paraná.

07 - Projeto de Lei nº 337/94, Mensagem nº 114/94, dá nova redação as Leis 6.774/76 e 7.047/78, Polícia Militar e Organização do Corpo de Bombeiros.

08 - Projeto de Lei nº 336/94, Mensagem nº 115/94, renovação da Lei nº 10.437/93, autoriza o Poder Executivo firmar convênio com o Poder Judiciário (reutilização de armas apreendidas pela Polícia do Estado do Paraná).

09 - Projeto de Lei nº 344/94, Mensagem nº 118/94, cede em caráter de utilização gratuita imóvel ao município de Jacarezinho.

10 - Projeto de Lei nº 351/94, Mensagem nº 119/94, revoga Lei 9.661/91, desapropria imóvel no Município de Antonina.

11 - Projeto de Lei nº 352/94, Mensagem nº 120/94, regulamenta o Art. 37 da Constituição Estadual (Direito do Servidor Público).

12 - Projeto de Lei nº 355/94, Mensagem nº 121/94, autoriza o Poder Executivo a doar a COHAPAR, área de terras do Estado.

13 - Projeto de Lei nº 362/94, Mensagem nº 123/94, transforma 15 cargos de Médico Padrão/Classe V01 em cargos de Médico

Plantonista.

14 - Projeto de Lei nº 364/94, Mensagem nº 131/94, Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.909.047,00, ao Orçamento da Secretaria dos Transportes, (ISS Prefeitura de Paranaguá).

15 - Projeto de Lei nº 365/94, Mensagem nº 132/94, Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.500.000,00, ao Orçamento da Secretaria dos Transportes, (Despesa dragagem do Canal de acesso).

16 - Projeto de Lei nº 366/94, Mensagem nº 133/94, Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.130.000,00, ao Orçamento da Secretaria dos Transportes, (Despesas com acordo trabalhista).

17 - Projeto de Lei nº 367/94, Mensagem nº 134/94, Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.065.000,00, ao Orçamento da Secretaria da Administração, para atender despesas com precatórios.

18 - Projeto de Lei nº 368/94, Mensagem nº 138/94, Autoriza Poder Executivo a ceder imóvel a SANEPAR.

19 - Proposição nº 102/94, Mensagem nº 140/94, Emenda Constitucional visando alterar a redação do § 3º do Art. 125, daquela carta.

20 - Projeto de Lei nº 369/94, Mensagem nº 141/94, Cria na parte Permanente do quadro geral do Estado cargos de provimento efetivo para necessidades na Penitenciária Estadual de Londrina, Maringá e Cascavel.

21 - Projeto de Lei nº 370/94, Mensagem nº 142/94, Altera Lei 8.925/88, Lei do IPVA.

22 - Projeto de Lei nº 371/94, Mensagem nº 143/94, Institui no Estado do Paraná fiscalização a qualidade dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

23 - Projeto de Lei nº 379/94, Mensagem nº 144/94, Redefinição do FDE, instituído pela Lei nº 4.529/62.

24 - Projeto de Lei nº 382/94, Mensagem nº 159/94, Mensagem nº 159/94, Reajusta a partir de 01/12/94 o funcionalismo público.

25 - Projeto de Lei Complementar nº 383/94, Mensagem nº 146/94, objetiva o enquadramento de professores no quadro próprio do magistério.

26 - Projeto de Lei nº 395/94, Mensagem nº 147/94, autoriza o Poder Executivo a doar terreno a Piraquara.

27 - Projeto de Lei nº 396/94, Mensagem nº 148/94, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Pinhão.

28 - Projeto de Lei nº 409/94, Mensagem nº 149/94, autoriza o Poder Executivo a anuir na doação que Maringá pretende fazer a União Federal de imóvel.

29 - Projeto de Lei nº 410/94, Mensagem nº 150/94, autoriza o Poder Executivo

a doar imóvel a Prudentópolis.

30 - Projeto de Lei nº 411/94, cria 58 cargos de provimento efetivo no quadro Geral do Estado a serem utilizados no Educandário São Francisco.

31 - Projeto de Lei nº , Mensagem nº 152/94, Crédito Suplementar no valor R\$ 105.000,00, ao Orçamento da UEM.

32 - Projeto de Lei nº Mensagem nº 153/94, Crédito Suplementar no valor R\$ 4.300.000,00, ao DETRAN.

33 - Projeto de Lei nº , Mensagem nº 154/94, Crédito Suplementar no valor R\$ 1.500.000,00, a Secretaria dos Transportes.

34 - Projeto de Lei nº , Mensagem nº 155/94, Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.200.000,00 (Secretaria dos Transportes).

35 - Projeto de Lei nº , Mensagem nº 156/94, Cria parte permanente do quadro geral do Poder Executivo os 436 cargos de provimento efetivo a serem utilizados pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

36 - Projeto de Lei nº 292/94, cria mais Varas e novas Comarcas no interior do Estado.

37 - Projeto de Lei nº 293/94, altera Lei nº 7.297, cria novas Varas Cíveis, Criminais, de Família, da Infância e Juventude e Juizado de Pequenas Causas.

38 - Projeto de Lei nº 294/94, Altera Lei nº 7.297, cria 08 cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça.

39 - Projeto de Lei nº 338/94, altera composição do Órgão Instituído pela Lei nº 4.671/64. (Amplia o Conselho Estadual de Educação). Rejeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.
Assentimento.

Estou vendo, com muita tristeza, uma extensa relação apresentada pelo nobre Líder do Governo José Tavares, solicitando que se transforme a Assembléia Legislativa, o Plenário, em Comissão Geral.

Digo com imensa tristeza, porque a Comissão de Constituição e Justiça jamais deixou de realizar uma única sessão desde que eu sou presidente.

Ainda hoje realizamos uma sessão e convoquei outra para amanhã, sabedor que sou de que diversas mensagens estão adentrando nesta Casa ainda na tarde de hoje.

E muitas matérias lidas por Vossa Excelência, já têm parecer favorável da C.C.J. já têm até da Comissão de Finanças; falta só a inclusão na Ordem do Dia que, evidentemente, é função da Presidência da Casa.

Então, é lamentável que esta Assembléia nas últimas setenta e duas horas no encerramento, não só do período mas desta

legislatura a toque de caixa, vote matérias importantes que podem - não estaria afirmando - produzir resultados negativos no futuro.

Acho que o Poder Legislativo não está cumprindo com o seu dever, com a sua obrigação, porque a obrigação do Parlamentar é reunir-se nas comissões permanentes da Casa, analisar, relatar os projetos, aprová-los ou rejeitá-los.

Não posso fazer nada, mas quero deixar, talvez, o meu último protesto nesta Casa, durante vinte e oito anos, pela maneira inusitada como se pretende, a toque de caixa, aprovar matérias que - repito - poderão ter conseqüências desagradáveis na administração do Estado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, eu peço para discutir o requerimento do nobre Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento já teve a sua discussão encerrada na sessão da última quinta-feira, dia 07. Ele está em votação.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Se Vossa Excelência aceita uma complementação de requerimento, com certeza essa complementação não fazia parte da primeira parte do requerimento.

Se Vossa Excelência aceita com certeza se torna impossível esse tipo de encaminhamento, porque o que houve na primeira Sessão, foi o encaminhamento para discussão da primeira parte do ofício.

Não constava essa segunda parte, que nós consideramos tremendamente absurda.

Então, sem que se faça uma análise pormenorizada dos projetos, é possível votar este requerimento.

Agora, seria uma incoerência da Mesa, aceitar uma complementação, não aceitar a discussão e aceitar uma complementação como esta que acaba de ser anunciada por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência tem a informar que na Sessão de quinta-feira, sob a Presidência do Deputado Hermas Brandão, esse requerimento foi colocado para apreciação do Plenário.

O SR. PAULO MAIA - Em votação, e não essa complementação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Foi colocado para apreciação, em fase de votação.

O SR. PAULO MAIA - Nós então votamos a primeira parte do requerimento na se-

mana passada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Na ocasião não houve quórum para deliberação.

O requerimento voltou hoje à Sessão para votação e o Deputado José Tavares, atendendo ao apelo que foi formulado na ocasião, complementou, relacionando os projetos. Portanto...

O SR. PAULO MAIA - Correto. Mas eu acho que o procedimento é incorreto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - ... o requerimento encontra-se devidamente dentro do que influi o Regimento Interno e é submetido à apreciação do Plenário.

O SR. PAULO MAIA - Lamentavelmente há assuntos que não foram discutidos, que não foram colocados como consenso das lideranças.

Por isso votaremos contrário, porque é impossível se encaminhar matérias de tremenda importância como esta, suplementações de volume extraordinário, em que a gente tenha tempo para discutir as matérias. Nós votaremos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - E a Presidência informa que a reunião das Lideranças que era para ter havido hoje de manhã, não foi possível, dado inclusive ao apelo de parlamentares, inclusive de Vossa Excelência que nos ponderou, que teria uma reunião com o governador eleito, Jaime Lerner.

Por essa razão, a Presidência não pôde fazer a reunião das lideranças para chegar-se a um entendimento de quais matérias seriam incluídas na Ordem do Dia, e transferiu esta reunião para posteriormente a esta Sessão Plenária, ocasião em que este consenso poderá se estabelecer e evidentemente com a anuência do líder do Governo e deste Plenário, essas matérias até não serem incluídas na Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, apenas, se Vossa Excelência permite, para informar ao Deputado Paulo Maia, que não há nem um único pedido de crédito suplementar, Excelência que não tenha sido analisado pela reunião dos líderes da qual Vossa Excelência participou.

Nem um único. Todos os pedidos de crédito suplementar que eu relacionei, todos, sem exceção, só para esclarecer Vossa Excelência, são aqueles que nós conversamos na reunião das Lideranças.

O SR. PAULO MAIA - Há outros projetos que são preocupantes, Excelência. Há outros projetos que inclusive não

houve consenso das Lideranças.

Vossa Excelência sabe disso.

O SR. JOSÉ TAVARES - Perfeitamente. Agora, com relação a crédito suplementar, eu asseguro a V.Exa. que não há. O que eu quero dizer à Casa é que eu apenas estou preocupado com as três Sessões que restam: terça, quarta e quinta-feira. São três dias. Evidentemente que cada Deputado é livre para votar de acordo com a sua consciência. V.Exa. tem razão, por exemplo, nós estamos ali relacionando o que trata da redefinição do FDE, realmente não ficou acertado, o do CONSITEC não ficou acertado...

O SR. PAULO MAIA - Reforma constitucional ...

O SR. JOSÉ TAVARES - Reforma constitucional não ficou acertada, mas neste requerimento, quem votar a favor dele agora, não significa que estará sendo obrigado a votar a favor da matéria. Pode votar contra a matéria, pode-se ausentar do Plenário. É apenas para facilitar a agilização do processo legislativo, já que só dispomos de três sessões, três dias.

É essa a minha preocupação, Senhor Presidente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, já que V.Exa. comunica não ter havido a reunião que aconteceria hoje às 11 horas, pelos motivos já esposados por V.Exa., e encontrando-se aqui os líderes de praticamente todas as Bancadas, e tendo V.Exa., a Mesa Executiva convocado a mesma reunião para logo após o encerramento desta, que vai tratar das matérias que devem ser incluídas na Ordem do Dia, parece-me ser de bom senso, que o Deputado Tavares retire o seu requerimento, para que esta definição seja estabelecida na próxima reunião entre a Comissão Executiva e as Lideranças dessa Casa.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Gostaria, então, Presidente, e Deputado Líder do Governo, que dois Projetos meus tivessem seus requerimentos aprovados. Um, que trata da hora extra ao policial militar, e outro, que trata de sigilo bancário dos Srs. Parlamentares, também entre em votação nessa pauta que o Líder do Governo pleiteia à Presidência.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, para justificar a minha posição e dos companheiros do Partido Progressista, também votaremos contra a esse Requerimento. Acharmos que o fundamental, agora, é o que está na Ordem do Dia para amanhã, é votarmos o aumento do funcionalismo públi-

co.

Gostaríamos, a nossa bancada já se posicionou a favor da Mensagem do Governo do Estado, quando estaremos votando a favor do que S.Exa. o Governador encaminhou, mas gostaríamos de levar ao conhecimento da Presidência a nossa preocupação com alguns projetos aí citados como a criação de comarcas, projeto do Tribunal de Justiça que certamente é bastante polêmico visto que municípios com menos de 20 mil habitantes estão sendo criados, em detrimento de Municípios de Pinhais, onde o Deputado Anibal Khury também irá apresentar a sua emenda, criando a Comarca de Pinhais, e outros municípios com 50, 60 mil habitantes.

Então eu pediria ao Líder do Governo, Tavares, que considerasse seu requerimento, que pedisse o afastamento do mesmo, e que fosse colocado apenas assuntos de maior importância, visto que 1º de janeiro nós já estamos vivendo um outro momento.

Obrigado!

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Aproveitando a deixa do Deputado Geraldo Cartário, quando ele falava com muita segurança que a Bancada do PP, antecipando, o Partido Progressista estará votando em favor da mensagem do Governo, possivelmente no dia de amanhã, seria importantíssimo que V.Exa. pudesse manter um contato com um dos seus membros, o Deputado Ritti, que na CCJ teve uma grande oportunidade de votar a favor do Governo, e no entretanto, votou contra.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - A Bancada do Partido Progressista é composta pela sua maioria, eu estou certo que o Deputado Ritti acompanhará a maioria como sempre acompanhou nos quatro anos que aqui estamos juntos.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao longo dos quatro anos que aqui estivemos, temos nos posicionado contra a transformação desse Plenário em Comissão Geral. Em todos os momentos que votamos esses requerimentos, a Bancada foi contrária. Agora, interessante de analisar é que, desta lista lida que compõe o requerimento assinado pelo Deputado José Tavares, existem projetos de suma importância para serem votados ainda até dia 15, portanto teremos que fazer sessões extraordinárias até aquele dia.

Seria importante, peço ao Deputado José Tavares, que verificasse porque alguns daqueles Projetos já tem parecer da CCJ, outros já estão em 2ª votação, portanto a lista não é tão extensa. E nós assumiríamos o compromisso de votarmos no dia de amanhã, já eliminando alguns desses proje-

tos que já estão contemplados na Ordem do Dia. Porque a questão não é só ter a Sessão até o dia 15, eu vejo que pode, também, estar aí encubando alguma ação no sentido de convocação de Sessões Extraordinárias, que não vejo necessidade de ter dentro do período de recesso Parlamentar.

Acho que temos que analisar, é isso que peço ao Deputado José Tavares, o que é importante para o Governo do Estado não precisar convocar Sessões Extraordinárias no período de recesso e aí sim, votaremos e aprovaremos esse requerimento no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Requerimento dos Deputados José Tavares e Renato Adur, com a devida complementação, para que transformemos as Sessões dos dias 13, 14 e 15, em Comissão Geral de Plenário, bem como as extraordinárias para apreciar os projetos por ele relacionados nesse requerimento.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, está votando num único requerimento, Sessões Extraordinárias e transformação em ...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Transformação em Comissão Geral das Sessões Ordinárias desses dias e das Sessões Extraordinárias, caso elas ocorram, para apreciar esses projetos relacionados.

O SR. DR. ROSINHA - Eu vejo a necessidade de Sessões Extraordinárias. Portanto, se nós desdobrássemos esse requerimento, vota-se favorável as Sessões Extraordinárias e a necessidade analisada "a posteriori" da transformação ...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado, não se está convocando Sessões Extraordinárias. Apenas está se pedindo ao Plenário para que se transforme em Comissão Geral de Plenário as Sessões Ordinárias, e se existirem Sessões Extraordinárias nos dias 13, 14 e 15. E é bom que se diga que não é, na nossa opinião, nenhum desrespeito a CCJ, porque realmente a maioria desses projetos já possui parecer favorável da CCJ, mas poderá, na Sessão de amanhã ou do dia 14 surgir emendas, inclusive no projeto do funcionalismo e termos novamente que convocar a CCJ.

Então, é uma prerrogativa que tem através do Regimento, de se transformar o Plenário em Comissão Geral para, de pronto, analisar emendas que o Plenário oferecer a esses projetos que estão aqui sendo propostos para serem apreciados, se necessário, em Comissão Geral.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitaria informação da Mesa se também nesse requerimento consta dispensa de interstício?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado, não se trata de convocação de Sessões Extraordinárias. Apenas está se propondo que se convocadas Sessões Extraordinárias, se o Plenário assim deliberar por Sessões Extraordinárias, que elas também sejam consideradas como em Comissão Geral, para apreciar emendas apresentadas a esses projetos.

Portanto, não há necessidade de se falar em interstício.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, quero firmar posição a respeito da razão pela qual votei a favor do requerimento do Deputado José Tavares.

Algumas argumentações feitas por nobres companheiros Parlamentares na verdade tem um pouco de equívoco.

O Presidente Erondy Silvério anunciou no dia de hoje, inicialmente, até o término da CCJ, mais uma Sessão amanhã. Eu não diria que é de praxe, mas muitas e muitas vezes esta Casa em final de Legislatura tem transformado seu Plenário em Comissão Geral para votar projetos que eventualmente não tenham o Parecer da CCJ ou projetos como V.Exa. diz, que recebem emenda de Plenário e não tenham tempo habil para voltar à CCJ.

Por quê a favor, Senhor Presidente? Porque o Plenário transformado em Comissão Geral não restringe em nada o poder Parlamentar de apreciar um projeto. A CCJ tem um número limitado de Parlamentares e vale dizer que nos transformamos os 54 membros do Plenário em integrantes da CCJ para dar o Parecer. Dado o parecer que pode ser aprovado ou pode ser rejeitado pelo Plenário, entra na Ordem do Dia, naturalmente o projeto vai ter a sua primeira, a sua segunda, a sua terceira votação, se necessário, cumprindo o Regimento Interno.

Então é apenas uma questão de celeridade de votação em razão do término do mandato.

Acho que não prejudica o trabalho da Casa. Não tolhe quem estiver a favor ou quem estiver contra a argumentação e a votação do Plenário a favor ou contra.

Apenas agiliza o processo de votação das matérias pendentes nesta Casa.

Por esta razão voto a favor e vou além: acho que os Senhores Parlamentares que tem projetos que gostariam de ver aprovados deveriam incluí-los também na relação dos projetos a serem votados na transformação do Plenário em Comissão Geral para que nós pudéssemos encerrar o ano

com o trabalho deste Plenário executado na sua plenitude.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, não obstante o respeito que tenho pelo Deputado Toti Colaço e pela Mensagem do Governador Mário Pereira, quero esclarecer que como membro da Comissão de Constituição e Justiça, lá estamos para observar apenas a constitucionalidade ou não das propostas ali apresentadas.

Quanto ao mérito do projeto de lei, ou das Mensagens do Governador, cabe a discussão em Plenário, e tudo que for de bom para os nossos servidores estaremos aqui prontos a votar sim, Deputado Toti Colaço.

Senhor Presidente, finalizando, não obstante ainda o fato dessa Mensagem que deveria ter vindo muito antes desse final de Governo Mário Pereira, deveríamos ter apreciado esta Mensagem já há quatro anos e não agora, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No encaminhamento da votação amanhã Vossa Excelência deverá se pronunciar a respeito.

Está em votação o Requerimento.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só gostaria de entender, o Deputado Erondy Silvério é profundo conhecedor do Regimento Interno, como é que um Deputado vota contra a constitucionalidade da matéria, depois diz que vota diferente do Plenário? Acho que deveria ter votado a favor da mensagem dos servidores quem tem assento na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito estranho isso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento de autoria do Deputado José Tavares.

Comissão Geral para os Projetos anunciados pela Presidência e aqui relacionados.

Senhores Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado José Tavares requer Verificação de Votação. Solicito aos Senhores Deputados que retornem aos seus lugares para que possamos proceder à verificação de votação. Senhores Deputados...

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Requerimento chamada nominal Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 1º Secretária para chamada nominal dos Senhores Deputados.

38 Senhores Deputados responderam à Chamada Nominal. Há quórum para deliberação. Passamos à Verificação de Votação.

Senhores Deputados que são favoráveis ao requerimento dos Deputados José Tavares e Renato Adur, queiram levantar-se. Oito Senhores Deputados.

Senhores Deputados que são contrários ao requerimento queiram levantar-se.

Vinte e sete Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Eu só gostaria de deixar registrado, Senhor Presidente, para que amanhã não cobrem da liderança do Governo responsabilidade que ela não tem, caso não tenhamos tempo de votar matérias da maior relevância para o interesse do Estado do Paraná até a próxima quinta-feira. O que quero ver, Senhor Presidente, é que os Deputados que, democraticamente, eu respeito, votaram contra o nosso requerimento, quero que S.Exas. estejam aqui até a zero hora da próxima quinta-feira para nós colocarmos em dia esta pauta, aprovarmos ou rejeitarmos, de acordo com o desejo soberano do Plenário, as matérias que vieram constitucionalmente, regimentalmente à nossa análise e à nossa apreciação.

O meu objetivo, o meu propósito, a minha intenção, como Líder do Governo, foi nada mais, nada menos, do que prevenir esta Casa, já que nós temos apenas três dias de Sessões Ordinárias para análise de matéria de maior relevância.

Quando falo do aumento do funcionalismo é apenas uma matéria, a minha relação é muito clara. Evidentemente que nós temos aí na relação muitas matérias que nós até já votamos hoje, inclusive, portanto não são tantas quanto relacionamos.

Foi apenas uma medida de prevenção, uma medida de precaução, que eu compreendo, mas lamento que o Plenário desta Casa não tenha me compreendido.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também quero deixar registrado nos Anais desta Casa o meu descontentamento com a Liderança do Governo aqui na Assembleia. Durante várias e várias Sessões aquele lado, não todos evidentemente, e eu respeito, nós não tivemos quórum nesta Casa, especialmente nas Sessões das quintas-feiras que aqui viemos em meia dúzia de Deputados e as Sessões não puderam se realizar. Este Parlamentar propôs, inclusive, que realizássemos duas ou três nas quartas-feiras já que os Parlamentares do interior precisariam voltar às suas ba-

ses. No entanto, esta providência não foi tomada.

Agora, o discurso do Deputado José Tavares, parece que começa S.Exa. a ensaiar já como atuará como Deputado de Oposição.

Não nos preocupa, porque teremos uma análise de oito anos do Governo do PMDB nesta Casa, acho que muito mais oposição faremos nós da situação a partir de 1º de janeiro porque a situação hoje é oposição a partir do ano que vem.

Senhor Presidente, a Deputada Emilia Belinati e eu temos um projeto que regulamenta o Artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná que é a criação da CONCITEC.

Vem V.Exa., Deputado José Tavares, agora, veementemente, pedir Comissão Especial, Comissão Geral para analisar um projeto que há três anos esta Casa não resolveu, aliás, não tanto a Casa, muito mais o Palácio Iguazu não resolveu.

Seguraram essa matéria, não agora no atropelo e do jeito que o Governo mandou para cá. Do jeito que o Governo mandou para cá não resolve. O Governador Jaime Lerner com um Secretário da Ciência e Tecnologia, capacitado, vai fazer, realmente, um projeto que vai atender a Ciência e a Tecnologia do Estado do Paraná.

Vem Vossa Excelência pedir, dizer e cobrar, amanhã ou depois não quer ser cobrado; será cobrado. Será cobrado pela ausência da bancada de Sua Excelência aqui nesta Casa em várias Sessões das quais nós não tivemos quórum.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero ser testemunha do trabalho desenvolvido pelo Senhor Deputado José Tavares junto à Liderança do Governo. Ser líder do Governo não é uma tarefa fácil.

E quero lhe dizer ilustre Deputado, que Vossa Excelência jamais será condenado, pelo menos acredito, pelas bancadas de sustentação do Governo, tanto do PMDB, como do PP, pela sua conduta, a sua seriedade do seu trabalho junto a Assembleia Legislativa do Estado.

O que não podemos, é misturar as bolas, quando Vossa Excelência cumpre a sua função como líder, como Deputado eleito pelo povo do Paraná.

O Governo, não sei se é por falta de orientação ou até uma assessoria mais competente deixa as mensagens para vir de última hora, colocando, inclusive, os Deputados em xeque com os funcionários públicos do nosso Estado.

Se o Governo desejava fazer o que está fazendo hoje, cito exemplo, ainda que o governador Mário Pereira passou como Secretário de Transportes durante três anos e sabia da situação dos funcionários do

DER e da Secretaria dos Transportes, um salário de fome e miséria, por que não contemplou, então, ao assumir o Governo no primeiro dia, mandando uma mensagem em solidariedade aos colegas da Secretaria do Transporte e do DER, e até outras Secretarias, para que essa Mensagem não chegasse ao fim de mandato, criando uma situação constrangedora política.

Encerro, dizendo que muitos filmes nós já assistimos, o que não pode é a continuidade desses episódios de última hora.

Se há um governo eleito, que o povo assim desejou no Paraná, há uma proposta de governo, do futuro Governador do Paraná e aos funcionários públicos respeitar a proposta que virá do futuro Governador para sanar as dificuldades dos funcionários.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência também registra a chegada à Mesa de Requerimento dos Deputados, Valdir Rossoni, Elío Rusch, Cezar Silvestri.

Propondo a transformação das Sessões dos dias 14 e 15, e Comissão Geral, para se necessário apreciar o Projeto 390/94, esse requerimento será colocado para discussão e votação da Sessão de amanhã, con-

forme determina o Regimento, em seu artigo 107.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 104/94.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 296/94.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/94.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052, 154, 292, 293, 294, 313, 315, 332, 334, 336, 351, 352, 355, 362, 368, 369, 370, 372, 380, 382, 383, 387, 389, 390, 397, 398, 399, 401, 402, 404, 405, 409, 411/94 e 413 a 417/94, e do Projeto de Resolução nº 053/94.

Levanta-se a sessão.